

# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERA

PLC 651/2000

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

(Do Sr. Deputado RENATO RAINHA-PL)

a CCJ . a CEOF. En 956 W

Cria Parque de Uso Múltiplo na área que menciona, na Região Administrativa I.

### A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° - Fica criado Parque de Uso Múltiplo na área existente entre a SQN 106 e SQN 107, de Brasília, conforme mapa anexo, na Região Administrativa I.

Parágrafo único - A poligonal do Parque de Uso Múltiplo será definida pelo Poder Executivo, na regulamentação desta Lei.

Art. 2º - São objetivos do Parque:

I - a conservação das áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas;

- II a promoção e a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécimes nativas ou exóticas;
- III o estímulo e o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.
- Art. 3º O Parque de Uso Múltiplo criado por esta Lei terá seu nome escolhido em concurso público a ser promovido pela Administração Regional de Brasília, com a participação da Prefeitura Comunitária da SQN 106.
- Art. 4º Não será permitido na área do Parque o exercício de qualquer atividade que represente risco ou prejuízo para o meio ambiente.
- Art. 5º Aplica-se ao Parque criado por esta Lei as disposições contidas na Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999.

publicação.	Art.	6° -	Esta	Lei	Complementar	entra	em	vigor	na	data	de	sua
	,				DOCTOR				5			



Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

### **JUSTIFICATIVA**

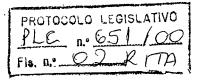
Os moradores da SQN 106, representados pela Prefeitura Comunitária, em justo pleito querem a transformação da área verde de cerrado existente entre as quadras SQN 106/107, de aproximadamente 30 mil metros quadrados, em um Parque de Uso Múltiplo. Alegam que é uma área que deve ser preservada, visando o desenvolvimento da educação ambiental e a manutenção da qualidade de vida dos moradores das áreas adjacentes.

A importância de espaços voltados à conservação do meio ambiente próximos a áreas urbanas permite à população local usufruir dos recursos naturais existentes, visando o estímulo e o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

Dessa forma, elaboramos o projeto em questão, o qual obedece as disposições contidas na legislação em vigor, em especial na Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999, que "dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal".

A Constituição Federal atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competência comum na proteção ao meio ambiente e no combate a poluição em qualquer de suas formas (art. 23, VI). Por sua vez, cabe a esta Casa, legislar sobre assuntos de interesse local. A Lei Orgânica do Distrito Federal, estabelece, no seu art. 58, que:

"Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:



IX - planejamento e controle do uso, parcelamento, ocupação do solo e mudança de destinação de áreas urbanas, observado o disposto nos arts. 182 e 183 da Constituição Federal."

### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Devemos lembrar, por oportuno, que o trabalho legislativo exige a coleta de variada gama de informações sobre a matéria a ser regulada e a análise não apenas dos aspectos legais envolvidos, mas, também, a análise social do ato legislativo. E neste particular, a proposição ora apresentada atende a todos esses ditames.

Ante o exposto, espero o apoio dos meus ilustres Pares na aprovação deste Projeto de Lei Complementar, que é de suma importância para os moradores do das quadras SQN 106 e 107 de Brasília.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2000.

RENATO RAINHA Deputado Distrital

